



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000803-17.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Coisas**
 Requerente: **Banco do Brasil Sa**
 Requerido: **Valmassey Comércio de Tratores Implementos e Peças Ltda Me e outros**

BANCO DO BRASIL S. A. pediu a condenação de **VALMASSEY COMÉRCIO DE TRATORES IMPLEMENTOS E PEÇAS LTDA., JORGE NORBERTO MIAN, DOROTÉIA GALAMAXIMO DE CARVALHO SIMÃO MIAN e JONATHAN JORGE MIAN** ao pagamento da importância de R\$ 58.283,69, correspondente ao saldo devedor de contrato de abertura de crédito em conta corrente.

Citados, os réus contestaram, aduzindo, em suma, a necessidade de juntada de outros documentos pelo autor, para prova do direito alegado, ilegitimidade passiva dos fiadores, haja vista o decurso do prazo do contrato, inexistência da dívida reclamada e excesso/ilegalidade dos encargos cobrados.

Houve réplica.

A decisão de saneamento excluiu a arguição de ilegitimidade passiva de Jorge e Dorotéia e deferiu a realização de exame pericial contábil, vindo para os autos o respectivo laudo.

Manifestaram-se as partes.

Esclarecimentos foram prestados pelo perito, cientes as partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Cuida-se de contrato de abertura de crédito em conta corrente, firmado em 6 de março de 2008 (v. fls. 13), com obrigação pessoal assumida por Jorge, Dorotéia e Jonathan, na qualidade de fiadores e principais pagadores, aliás com assunção de responsabilidade solidária pela dívida, independentemente do vencimento do prazo contratual. Muito menos havia exigência legal de prévia notificação ou constituição em mora.

A inscrição de nomes em cadastros de devedores decorre da mora.

0000803-17.2012.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Sobre os valores disponibilizados e utilizados pela correntista incidiram juros à taxa mensal de 1,746% (não aquela declinada pelos réus a fls. 68), debitados e exigidos mensalmente (sétima cláusula contratual, fls. 10 verso), o que inegavelmente compreende ajuste de capitalização mensal.

Na hipótese de inadimplência, incidiriam comissão de permanência à taxa de mercado, juros moratórios de 1% ao ano (não ao mês, conforme pareceu aos contestantes, fls. 70) e multa moratória de 2% (oitava cláusula, fls. 11).

Foram apresentados extratos de movimentação da conta desde fevereiro de 2004 (fls. 217 e seguintes).

Em 6 de março de 2008, data do contrato, havia na conta um pequeno saldo devedor de R\$ 2.421,17 (fls. 397).

Em 10 de março de 2008, em razão do contrato firmado, a instituição financeira disponibilizou na conta o valor de R\$ 45.000,00, que foi consumido com pagamentos diversos (fls. 397).

A impugnação dos réus se mostrou genérica (fls. 690).

Realizou-se exame pericial contábil e apurou-se o saldo devedor de R\$ 50.870,19, em 26/12/2011 (fls. 704).

O perito judicial levou em consideração os juros contratados, de 1,746% ao mês, ou taxa menor, quando assim vigente (fls. 703, item 3), e não houve demonstração, a cargo dos réus, de abusividade em concreto na taxa praticada.

O perito amortizou pagamentos parciais, quando aconteceram, diferindo o valor dos juros, quando a conta apresentava saldo negativo.

É impertinente a discussão pretendida pelos réus, a respeito de desconto de títulos, pois semelhante contrato não integra o objeto da lide. Tanto é verdade que nem o autor nem os réus apresentaram qualquer relação de títulos descontados, cujo resgate ou inadimplência dos sacados ofereça interesse para a presente lide. Se houve títulos descontados e não pagos, se houve títulos retidos indevidamente pelo autor, cabe ao réu demandar o que for de direito, mas não nesta ação, de objeto restrito.

Insistiram os réus, a fls. 765/772, em dizer da suposta relação ou necessidade de verificação desses títulos. Sucede que na contestação, especificamente na contestação, **não apontaram qualquer erro ou omissão** no tocante aos lançamentos a crédito e a débito, muito menos impugnaram especificamente algum lançamento especificamente relacionado a desconto de títulos.

Se há títulos não pagos ou não compensados, incumbe à ré reclamar a devolução, perante o banco, e demandar contra o devedor, para a recuperação do crédito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

É curioso notar que **os próprios réus não apontaram os títulos não compensados ou objetos de controvérsia**, o que obviamente poderiam fazer a partir de sua própria contabilidade.

Não há razão para determinar-se uma segunda perícia.

A jurisprudência do STJ se encontra consolidada no sentido de que a determinação da qualidade de consumidor deve, em regra, ser feita mediante aplicação da teoria finalista, que, numa exegese restritiva do art. 2º do CDC, considera destinatário final tão somente o destinatário fático e econômico do bem ou serviço, seja ele pessoa física ou jurídica. Pela teoria finalista, fica excluído da proteção do CDC o consumo intermediário, assim entendido como aquele cujo produto retorna para as cadeias de produção e distribuição, compondo o custo (e, portanto, o preço final) de um novo bem ou serviço. Vale dizer, só pode ser considerado consumidor, para fins de tutela pela Lei nº 8.078/90, aquele que exaure a função econômica do bem ou serviço, excluindo-o de forma definitiva do mercado de consumo. Apenas em situações excepcionais, não identificada no caso em exame, o STJ tem mitigado os rigores da teoria finalista, para autorizar a incidência do CDC nas hipóteses em que a parte (pessoa física ou jurídica), embora não seja tecnicamente a destinatária final do produto ou serviço, se apresenta em situação de vulnerabilidade. E não se identifica vulnerabilidade. Assimila-se tal entendimento no v. acórdão lavrado no REsp 1358231/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 17/06/2013.

É inacolhível qualquer tese em torno da teoria da lesão enorme, pois impossível atribuir ao mercado, regulador da taxa de juros, a lesividade do negócio, cuja realização ou não dependia exclusivamente da vontade das partes. Os réus, mesmo conhecendo a taxa de juros, contrataram a operação financeira, não podendo argüir inexperiência como defeito da manifestação de vontade. Muito menos podem invocar a existência de manifesta desproporção entre o valor das prestações. Também não houve, em instante algum, na narrativa, alusão a qualquer hipótese de atitude abusando da premente necessidade, inexperiência ou leviandade da outra parte (Lei 1.521/51), para obtenção de lucro patrimonial desmedido.

E a exemplo do decidido no mesmo recurso de apelação antes lembrado (Processo 0948286-2, Recurso de Apelação, Comarca de Taquaritinga, 21ª Câmara Direito – Privado, julgamento de 18/05/2005, Relator Des. Itamar Gaino), afasta-se a pretensão à aplicação da teoria da lesão, hoje positivada no artigo 157 do Código Civil, porque, encontrando-se as instituições financeiras sujeitas a regramento especial, não adstritas a norma limitativa de margem de lucro, não se tem como desproporcional a prestação assumida pelo mutuário em relação àquela a cargo do mutuante - Inaplicabilidade da Lei nº 1.521/51 - Recurso improvido nesse aspecto.

Ainda: TJSP, APEL.Nº: 7 . 1 8 9 . 2 4 2 - 7 – CAMPINAS, Relator o Des. Luiz Sabbato, j. 28.11.2007:

Daí os sucessivos julgamentos desta Corte em sentido semelhante ao que segue transcrito:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SPREAD BANCÁRIO - Inexistência de limitação legal da diferença entre os juros exigidos dos mutuários e pagos aos aplicadores - Lei 1.521/51 que não se aplica a mercado financeiro, que foi regulado pela lei n. 4.595/64 - Inteligência da Súmula 596 do Supremo Tribunal Federal - Embargos do devedor improcedentes (Ap. 892.256-4).

Ainda, porém, que nas hipóteses em testilha se aplicasse o diploma em comento, de se convir que o excesso de SPREAD, em tese caracterizando prática abusiva sujeita à Lei da Economia Popular, é alegação adequada apenas quando se questionam lucros excessivos no sistema macroeconômico, disso resultando a imprestabilidade do pleito quando posta em análise operação praticada pelo estabelecimento financeiro em relação a um único correntista.

Esse o entendimento sistemático desta Corte:

CONTRATO - Abertura de crédito em conta corrente - Lesão enorme fundada na prática "spread" superior a 20% - Alegação afastada, ausente demonstração da prática de lucros pelo banco que não sejam compatíveis com a conjuntura econômica vigente, de acordo com a política governamental - Inocorrência da caracterização de abuso com o previsto no art. 4º, "b", da Lei n. 1.521/51 - Recurso desprovido neste aspecto (Ap. 1.105.912-8).

A norma do § 3º do artigo 192 da Constituição Federal, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar (STF, Súmula nº 648).

As disposições do Decreto nº 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional. (STF, Súmula 596).

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento assente no sentido de que, com a edição da Lei nº 4.595/64, não se aplicam as limitações fixadas pelo Decreto 22.626/33, quanto à taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano, aos contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, ut súmula 596/STF, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica. Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes: Resp 436.191/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho, in DJ 24.03.2003; Resp 436.214/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, in DJ 18.12.2002 e Resp 324.813/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, in DJ 25.03.2002. O que se extrai também da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, na forma da disciplina geral sobre a matéria, pelo rito do recurso repetitivo, nos autos do REsp 1.061.530/RS (2ª Seção, Rel. Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJe de 10.3.2009).

Ademais, não constam dos autos evidências de que a taxa de juros cobrada pela instituição financeira seja abusiva, nos termos do CDC, ou superior à média de mercado. Isso porque, ainda que aplicável a Lei 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp 407.097/RS, Rel. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, por maioria, DJU de 29.9.2003) firmou o entendimento de que a cláusula referente à taxa de juros só pode ser alterada se reconhecida sua abusividade em cada caso concreto, mediante dilação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

probatória específica, não tendo influência para tal propósito a estabilidade econômica do período nem o percentual de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, que por si só não se considera potestativa, é excessiva para efeitos de validade do contrato. Nesse sentido o enunciado 382 da Súmula do STJ.

Não há evidência alguma, nem mesmo indício, de abusividade na taxa de juros contratada, compatível com o mercado.

Muito menos se avista qualquer comprometimento da liberdade com que agiram os réus.

Não há qualquer indício de cobrança abusiva ou excessiva, ou de encargo não previsto.

A mora efetivamente existe, pois inadimpliu-se a obrigação.

Bem por isso, nada de irregular no apontamento em órgãos de proteção ao crédito.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno os réus, **VALMASSEY COMÉRCIO DE TRATORES IMPLEMENTOS E PEÇAS LTDA., JORGE NORBERTO MIAN, DOROTÉIA GALAMAXIMO DE CARVALHO SIMÃO e JONATHAN JORGE MIAN**, a pagarem para o autor, **BANCO DO BRASIL S. A.**, a importância de R\$ R\$ 50.870,19, com correção monetária e juros moratórios subsequentes a 26 de dezembro de 2011 (v. fls. 760), além da multa moratória de 2%, acrescendo-se as custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, dentre elas o valor dos honorários periciais, bem como os honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% do valor da dívida, compensando tal verba com igual porcentagem incidente sobre a diferença entre o valor do pedido constante da petição inicial e o valor ora reconhecido.

P.R.I.C.

São Carlos, 22 de outubro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**